



CONCEITOS, ESTADO, FONTES E PRINCÍPIOS

1. [QUADRIX - 2022 - CRF/GO - ADVOGADO] O dever de observar o princípio da legalidade significa que a interpretação dos textos normativos deve ser estritamente literal.

Certo () Errado ()

O princípio da legalidade impõe que a atuação do agente público deve ser pautada pela lei. Por esse princípio, o agente público só pode agir se houver lei que autorize ou determine a prática do ato. Porém, uma observação estritamente literal prejudica a observância de outros princípios (legalidade em sentido amplo), como o princípio da moralidade.

GABARITO: ERRADO.

2. [CESPE/CEBRASPE - 2021 - TC/DF - AUDITOR CONSELHEIRO] A publicidade dos atos administrativos favorece o controle social, razão pela qual a moderna Administração Pública brasileira, em obediência ao princípio constitucional da publicidade, não mais admite que atos praticados em seu âmbito possam ser protegidos por qualquer tipo de sigilo

Certo () Errado ()

A regra é que a atuação da Administração seja transparente, ou seja, deve ser dada publicidade dos atos, contudo, a CF/1988 prevê expressamente exceções ao princípio da publicidade, quando o sigilo da informação foi imprescindível a segurança do Estado ou da Sociedade.

Art. 5º, XXXIII, CF/1988 todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

GABARITO: ERRADO.

3. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] A respeito do controle da Administração Pública, julgue o item.

O controle judicial constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o Estado de Direito.

Certo () Errado ()

O princípio da legalidade é parâmetro para a atuação do Estado, ou seja, toda a atuação estatal deve respeitar os limites da lei. No Estado de Direito, todos são submetidos ao império das leis, inclusive o próprio poder público. Quando o princípio da legalidade é violado, o controle judicial pode ser acionado para corrigir a distorção ocasionada pelo agente público.

GABARITO: CERTO.

4. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] A Administração Pública deve pautar sua atuação exclusivamente nos princípios expressos na Constituição Federal de 1988.

Certo () Errado ()

Os princípios expressos na Constituição Federal de 1988 (legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência) são de observância obrigatória pela Administração. Contudo, eles não são os únicos existentes no sistema jurídico brasileiro. Há outros princípios implícitos que devem ser observados, como o princípio da supremacia do interesse público, da indisponibilidade, razoabilidade, entre outros.

GABARITO: ERRADO.

5. (QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) O núcleo do princípio da eficiência é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Certo () Errado ()

A ideia básica desse princípio é: “fazer mais com menos”. Ele traduz a atuação menos onerosa e mais prestativa do Estado. Esse princípio impõe que a atuação do agente público seja ágil, eficiente, atencioso, mas também tenha uma atuação econômica.

GABARITO: CERTO.

6. (QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) O direito de petição, por exigir a iniciativa do interessado, não pode ser indicado como um dos instrumentos de concretização do princípio da publicidade.

Certo () Errado ()

A atuação do Estado é pautada na transparência (publicidade), isso para permitir que haja controle social (popular). Um instrumento concretizador desse princípio é o direito de petição. Todos têm direito de peticionar para obter informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

GABARITO: ERRADO.

7. (QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) Os princípios da moralidade e da legalidade são equivalentes entre si.

Certo () Errado ()

O princípio da legalidade impõe que a atuação da Administração Pública é limitada pela lei, ou seja, o agente público só pode atuar quando a lei autoriza ou determina.

Já o princípio da moralidade vai além, ele exige uma atuação ética por parte dos servidores, sua conduta deve observar que nem tudo que é legal, é moral. É o que dispõe o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. *O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.*

GABARITO: ERRADO.

8. (QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) Segundo o princípio da moralidade, o administrador público deve apenas averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações.

Certo () Errado ()

Segundo o princípio da moralidade do administrador público, não deve averiguar apenas os critérios de conveniência, de oportunidade e de justiça em suas ações, pois a moralidade administrativa é jurídica e



objetiva, ou seja, não se resume a noção de que o agente acha certo ou errado, há uma exigência legal de atuação ética do agente público.

GABARITO: ERRADO.

9. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] O princípio da impessoalidade objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica.

Certo () Errado ()

O princípio da impessoalidade impõe que a atuação do agente público deve ser imparcial, ou seja, ele deve tratar a todos sem discriminações benéficas ou prejudiciais. Em resumo, ele deve sempre atuar de acordo com a finalidade da Administração que é o atendimento do interesse público (nunca o seu próprio interesse ou de terceiros).

GABARITO: CERTO.

10. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] O princípio da legalidade é a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração e significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei.

Certo () Errado ()

Para um agente público, esse princípio estabelece que tudo que não é permitido por lei, é proibido, logo a atuação deve ser autorizada por lei.

GABARITO: CERTO.

11. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública.

Certo () Errado ()

Os princípios administrativos são a base de toda atuação do Estado. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

GABARITO: CERTO.

12. [QUADRIX - 2021 - CRT/RN - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO] A expressão Administração Pública, em sentido subjetivo, designa os entes que exercem a atividade administrativa.

Certo () Errado ()

Critério formal, orgânico ou subjetivo (F.O.S): por esse critério, só faz parte da Administração, quem a lei diz que faz parte (Administração Direta e Indireta). É o critério adotado pelo Brasil. A Administração, portanto, é um conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agentes (independentemente da atividade que exerçam). Na Administração Direta temos os entes federados e seus respectivos órgãos centralizados e na Indireta, as entidades administrativas. Não importa para qual finalidade elas sejam criadas, integram a Administração Pública.

GABARITO: CERTO.

13. [QUADRIX - 2021 - CFT - TÉCNICO INDUSTRIAL] O planejamento, a coordenação e a descentralização, além de outros, são espécies de princípios fundamentais aos quais as atividades da Administração Federal obedecerão.

Certo () Errado ()